



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

02/2024

PÁGINA Nº

1 de 12

RESPONSÁVEL

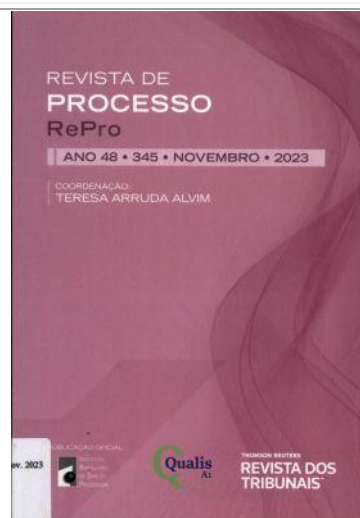
Iris Helena

## SUMÁRIO

### I- LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

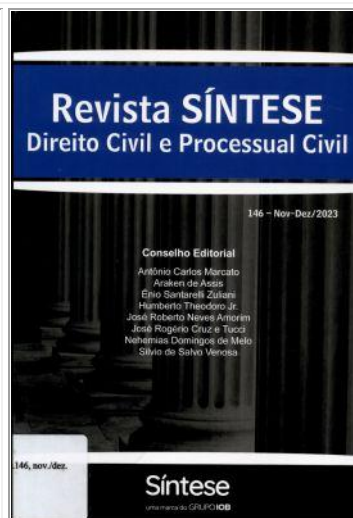
### III- PERIÓDICO



Revista de Processo



Revista Fórum de Direito  
Tributário



Revista Síntese de Direito Civil  
e Processual Civil



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

**ALERTA SEBIB**

**SEÇÃO DE BIBLIOTECA**

NÚMERO  
02/2024

PÁGINA Nº  
2 de 12

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## LEGISLAÇÃO

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### Presidência da República

[Decreto n. 11.889, de 22 de janeiro de 2024](#)

Dispõe sobre as cadeias produtivas e os setores articulados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC que poderão ficar sujeitos às exigências de aquisição de produtos manufaturados nacionais e de serviços nacionais ou ao estabelecimento de margens de preferência para produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais.

DOU - Seção 1, p. 9, 23/01/2024

[Lei n. 14.822, de 22 de janeiro de 2024](#)

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

DOU - Seção 1, Suplemento ao n.16, p. 1-2206, 23/01/2024



**ALERTA SEBIB**

NÚMERO  
02/2024

**SEÇÃO DE BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
3 de 12

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## **ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

### **Congresso Nacional**

[Lei n. 14.822, de 22 de janeiro de 2024](#)

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.  
DOU - Seção 1, p. 1-8, 23/01/2024

## **ATOS DO PODER JUDICIÁRIO**

### **Conselho Nacional de Justiça**

#### Presidência

[Resolução n. 543, de 10 de janeiro de 2024](#)

Institui o Programa Nacional Permanente de Apoio à Desinstitucionalização de Crianças e Adolescentes Acolhidos e a Egressos de Unidades de Acolhimento – Programa Novos Caminhos/CNJ.  
eDJ-CNJ n. 9, de 23/01/2024, p. 2-5

[Resolução n. 544, de 11 de janeiro de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 364/2021](#), que dispõe sobre a instituição da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões e deliberações da Corte Interamericana de Direitos Humanos no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, bem como apresenta Modelo Exemplificativo com diretrizes para a criação de tal órgão nos tribunais.  
eDJ-CNJ n. 9, de 23/01/2024, p. 5-8



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
02/2024

PÁGINA Nº  
4 de 12

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

### Tribunal Regional Federal da 1ª Região

#### Presidência

##### [Resolução n.1, de 22 de janeiro de 2024](#)

Institui o Comitê Regional de Políticas Judiciárias sobre Pessoas Idosas e suas interseccionalidades no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região da 1ª Região e dá outras providências.  
BDTRF1, 23 de janeiro de 2024

##### [Resolução n. 2, \(19842891\), de 23 de janeiro de 2024](#)

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).  
DOU - Seção 1, p. 117-118, 25/01/2024

##### [Portaria n.59, de 23 de janeiro de 2024](#)

Dispõe sobre o reajuste do auxílio-financeiro e do auxílio-transporte das bolsas de estágio para os estagiários do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.  
BDTRF1, 23 de janeiro de 2024

#### Corregedoria Regional

##### [Orientação n. 01, de 22 de janeiro de 2024](#)

Divulga decisão do STF sobre expedição de ordens de pagamento de precatórios, antes do trânsito em julgado do processo executivo.  
BDTRF1, 25 de janeiro de 2024



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
02/2024

PÁGINA Nº  
5 de 12

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## III – PERIÓDICOS

### REVISTA DE PROCESSO Nº 345 – NOV./2023

#### TEORIA GERAL DO PROCESSO

O princípio do promotor natural ontem e hoje: reconfigurando as atribuições do Ministério Público no processo civil e administrativo

*The principle of a lawful prosecutor after the new Code of Civil Procedure: reconfiguring the public prosecutor's role in Brazilian Procedural Law*

ANTONIO DO PASSO CABRAL ..... 19

Parâmetros objetivos para a concessão da gratuidade processual?

*Objective parameters for the concession procedural gratuity?*

ARTHUR LOBO e THOMÉ SABBAG NETO ..... 45

As condutas dos sujeitos do processo: uma releitura do regime das preclusões a partir da boa-fé

*The conducts of the parties in the process: a reinterpretation of the preclusion rules based on good faith*

LYGIA HELENA FONSECA BORTOLUCI e VICTOR VASCONCELOS MIRANDA ..... 57

#### PROCESSO DE CONHECIMENTO (DIREITO PROBATÓRIO)

Assinatura eletrônica

*Electronic signature*

CLARISSE FRECHIANI LARA LEITE ..... 79

#### TUTELA EXECUTIVA

Proposta de alteração do Código de Processo Civil para inserção da previsão da execução extrajudicial

*Proposal for amendment of the Civil Procedure Code for the inclusion of provisions for extrajudicial execution*

FERNANDO CRESPO QUEIROZ NEVES, FLÁVIA PEREIRA HILL, HEITOR VITOR MENDONÇA SICA, LARISSA CLARE POCHMANN DA SILVA, MARCELO ABELHA RODRIGUES, MÁRCIO CARVALHO FARIA, MÁRCIO ROCHA e MARCOS YOUJI MINAMI ..... 125



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

NÚMERO  
02/2024

## SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
6 de 12

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Sistematizando a participação de terceiros na execução <i>Systematizing the participation of third parties in the enforcement procedure</i> MARCO ANTONIO RODRIGUES e RAFAEL HENRIQUE RENNER .....	145
<b>PROCESSO NOS TRIBUNAIS</b>	
<i>Amicus curiae</i> nos tribunais superiores: avanços e equívocos da jurisprudência brasileira <i>Amicus curiae in the higher courts: advances and inadequacies in the Brazilian case law</i> MAURO PEDROSO GONÇALVES.....	171
<b>MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS</b>	
Unidade do direito, desenvolvimento e Cortes Superiores. Do diálogo institucional para o diálogo decisório <i>Unidad del derecho, desarrollo y Tribunales Superiores. Del diálogo institucional al diálogo decisivo</i> ANTÔNIO PEREIRA GAIO JÚNIOR.....	193
<b>TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA</b>	
Liquidação e execução de sentença coletiva envolvendo direitos individuais homogêneos <i>Liquidation and enforcement of collective sentence involving homogeneous individual rights</i> ALEXANDRE ALBERTO DE AZEVEDO MAGALHÃES JÚNIOR .....	213
A representatividade adequada nos acordos coletivos: o que os casos <i>Amchem</i> e <i>Ortiz</i> podem nos ensinar? <i>The adequacy of representation in class action settlements: what can we learn with Amchem and Ortiz cases?</i> ANDRE VASCONCELOS ROQUE e CAIO VICTOR RIBEIRO DOS SANTOS.....	239
<b>TUTELA DIFERENCIADA</b>	
A conversão da ação de improbidade administrativa em ação civil pública <i>The due process of law in sanctions-related lawsuits and the conversion of the action of administrative improbity into public civil action</i> FLÁVIO CHEIM JORGE.....	267
Arbitragem no âmbito tributário: relação entre arrecadação tributária eficiente e segurança jurídica <i>Tax arbitration: relationship between efficient tax collection and legal certainty</i> RICARDO BARRETO PRATA FILHO e VICTOR GUEDES TRIGUEIRO.....	289



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

NÚMERO  
02/2024

## SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
7 de 12

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

A liquidação antecipada do seguro garantia no processo judicial tributário federal: um mecanismo *sui generis* de execução  
*Early termination of the guarantee insurance in federal tax judicial proceedings: a sui generis execution mechanism*  
ROBSON MAIA LINS, PABLO GURGEL FERNANDES e TAÍSA SILVA REQUE ..... 315

### DIREITO JURISPRUDENCIAL – PRECEDENTES VINCULANTES, JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE, SÚMULAS E TEMAS AFINS

Levamos os precedentes a sério? Um estudo empírico a respeito do embate entre o STF e o TST no caso de responsabilidade subsidiária de ente público em relação de terceirização – Parte 1  
*Do we take precedent seriously? An empirical study on the clash between the STF and the TST in the case of subsidiary liability of a public entity in relation to outsourcing – Part one*  
FÁBIO LIMA QUINTAS e GABRIELA FONSECA DE MELO ..... 337

A quem pertencem os honorários advocatícios dos advogados públicos? Uma crítica ao posicionamento do STJ  
*A chi appartengono gli onorari di succumbenza degli avvocati pubblici? Una critica alla posizione dello Superior Tribunal de Justiça*  
RAVI PEIXOTO ..... 375

### DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES

Estudos comparados de processo civil  
*Comparative studies of civil procedure*  
ALAN UZELAC. TRADUÇÃO E REVISÃO: HERMES ZANETI JR. e PEDRO PESSOA TEMER ..... 391

Por uma História do *Judicial Review* – da Inglaterra aos Estados Unidos, dos Estados Unidos ao Brasil  
*For a History of Judicial Review – from England to USA, from USA to Brazil*  
DANIEL MITIDIERO ..... 421

### MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – ADR

Notas sobre produção antecipada da prova e arbitragem: uma visão crítica do recente posicionamento do STJ  
*Notes on the early production of evidence and arbitration: a critical analysis of the recent decisions issued by the Brazilian Superior Court of Justice*  
ARTHUR FERRARI ARSUFFI, GUILHERME TOSHIHIRO TAKEISHI e ISABELLA SIMÃO MENEZES .... 443



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
02/2024

PÁGINA Nº  
8 de 12

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Memorial do IBDP como *amicus curiae* na ADPF 1050/ DF sobre o dever de  
revelação dos árbitros

*IBDP's statement acting as amicus curiae in ADPF 1050 about the arbitra-  
tor's duty of disclosure*

CASSIO SCARPINELLA BUENO, EDUARDO TALAMINI, FLÁVIO LUIZ YARSELL, PAULO  
HENRIQUE DOS SANTOS LUÇON, RICARDO APRIGLIANO, ROGÉRIA FAGUNDES DOTTI,  
RONALDO CRAMER e SUZANA CREMASCO ..... 473

#### HOMENAGEM PÓSTUMA

Ricordo di Natale Giallongo  
ANDREA PROTO PISANI ..... 487





JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
02/2024

PÁGINA Nº  
9 de 12

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## REVISTA FÓRUM DE DIREITO TRIBUTÁRIO Nº 125 – SET.-OUT./2023

### DOCTRINA

#### ARTIGOS

Lei nº 14.689/2023: do trâmite à inconstitucionalidade

<b>Fábio Martins de Andrade</b> .....	9
Introdução .....	9
Projeto de Lei nº 2.384/2023 na Câmara dos Deputados .....	10
No Senado Federal .....	13
Lei nº 14.689/2023 .....	15
A velha questão com nova roupagem .....	17
Inconstitucionalidade .....	18
Conclusão .....	20

Controle do planejamento tributário na obra de Ricardo Lobo Torres

<b>Sergio André Rocha</b> .....	23
1    Introdução .....	23
2    Premissas axiológicas de Ricardo Lobo Torres .....	24
3    Teoria geral do planejamento tributário na obra de Ricardo Lobo Torres .....	30
3.1    Elisão legítima e elisão ilícita ou abusiva .....	30
3.2    Planejamento fiscal ilegítimo e abuso de direito .....	32
3.2.1    Abuso de direito e ilicitude .....	33
3.3    As normas gerais antielisivas .....	33
4    O parágrafo único do artigo 116 do CTN na teoria de Ricardo Lobo Torres .....	35
4.1    O parágrafo único do artigo 116 do CTN como regra geral antielisiva .....	35
4.2    Eficácia do parágrafo único do artigo 116 do CTN .....	36
4.3    Estrutura aplicativa da norma geral antielisiva do parágrafo único do artigo 116 do CTN .....	38
5    Comentários .....	40
5.1    Comentários sobre as premissas axiológicas de Ricardo Lobo Torres .....	40
5.2    Comentários sobre a teoria geral do planejamento tributário na obra de Ricardo Lobo Torres .....	41
5.3    Comentários sobre o parágrafo único do artigo 116 do CTN na teoria de Ricardo Lobo Torres .....	43
6    Conclusão .....	44
Referências .....	44

Transação tributária no contencioso – Análise das alterações promovidas pela Lei nº 14.689/2023

<b>Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Neto</b> .....	47
Introdução .....	47
2    Características da transação do contencioso de relevante e disseminada relevância jurídica .....	47
3    Alterações legislativas promovidas para estimular a transação no contencioso .....	49
4    Conclusão .....	52
Referências .....	53



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

02/2024

PÁGINA Nº

10 de 12

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Os programas de conformidade cooperativa e demais iniciativas para incentivar o cumprimento das obrigações tributárias no Brasil

<b>Phelippe Toledo Pires de Oliveira, Diana Piatti de Barros Lobo</b> .....	55
1 Introdução .....	55
2 A experiência inicial com o Operador Econômico Portuário .....	56
3 Os programas de conformidade cooperativa em nível estadual .....	57
4 As iniciativas em nível federal com vistas a estabelecer uma relação de confiança com os contribuintes .....	59
5 O programa Confia e as propostas legislativas tratando dos programas de conformidade cooperativa em nível federal .....	61
6 Conclusão .....	63
Referências .....	64

Interrupção da prescrição intercorrente na execução fiscal. Considerações sobre o Resp 1.340.553/RS: segurança jurídica e utilidade processual

<b>Vitor Tadeu Carramão Mello</b> .....	67
1 Generalidades. Prescrição na Teoria Geral do Direito .....	67
2 Prescrição no Direito Tributário .....	69
3 Resp 1.340.553/RS. Conceitos de diligência útil e execução infrutífera .....	71
Conclusões .....	79
Referências .....	79

Atualidades acerca da (in)compatibilidade do incidente de desconsideração da personalidade jurídica com o rito próprio da execução fiscal para fins de redirecionamento do feito a terceiros

<b>Yasmim Beatriz Silveira Santos</b> .....	81
1 Introdução .....	81
2 Responsabilidade de terceiros e responsabilidade solidária no âmbito da Execução Fiscal .....	83
3 Divergência jurisprudencial do STJ .....	90
4 Tema Repetitivo 1.209/STJ .....	96
5 Conclusão .....	99
Referências .....	100

A capacidade contributiva na tributação

<b>Julio Homem de Siqueira, Daury César Fabríz</b> .....	103
--	-----

Princípio ou regra da renda líquida? As implicações dessa norma para a apuração da renda-produto

<b>Bruno Cesar Fettermann Nogueira dos Santos</b> .....	113
1 Introdução .....	113
2 Os conceitos econômicos de "renda" e o conceito eleito pelo legislador complementar brasileiro .....	114
2.1 Os conceitos econômicos de "renda" .....	114
2.2 O imposto de renda no CTN .....	118
3 A tributação da renda disponível e o princípio da renda líquida .....	121
4 Afinal, <i>princípio</i> ou <i>regra</i> da renda líquida? .....	126
4.1 Breves considerações sobre o debate entre regras e princípios .....	126
4.2 A natureza dúplice da norma da renda líquida e as implicações teóricas e práticas sobre a renda-produto no sistema tributário brasileiro .....	129
5 Conclusões .....	132
Referências .....	134



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

02/2024

PÁGINA Nº

11 de 12

RESPONSÁVEL

Iris Helena

As controvérsias sobre os critérios de correção monetária dos débitos fazendários e sua repercussão sobre as execuções e os precatórios contra a Fazenda Pública

<b>Henrique Rocha Fraga, Eliézer Lins Sant'Anna</b> .....	139
1 Introdução .....	139
2 Breve histórico da controvérsia .....	140
3 A inconstitucionalidade da taxa referencial (TR) como fator de correção monetária nos débitos fazendários. Decisão em sede de Recurso Extraordinário nº 870.947/SE sob o regime de repercussão geral, tema 810. Inexistência de modulação de efeitos – eficácia <i>ex tunc</i> .....	145
4 Dos efeitos da posição do STF sobre as execuções e os precatórios contra a Fazenda Pública .....	148
5 As possíveis soluções para as principais controvérsias a respeito dos critérios de correção monetária das execuções e dos precatórios contra a Fazenda Pública. 150	
5.1 Qual o alcance da decisão do STF no julgamento das ADIs 4357 e 4425? .....	150
5.2 Qual o alcance da decisão do STF no julgamento do Tema 810? .....	151
5.3 Como ficam as execuções contra a Fazenda Pública ainda em curso?.....	153
5.4 Como aplicar as conclusões do STF às decisões judiciais transitadas em julgado, ou seja, sob o manto da coisa julgada, que fixaram outro critério de correção monetária? .....	153
5.5 E como ficam os precatórios já formados e não pagos? Devem ser revisados? E os precatórios pagos? Podem ser revisados?.....	156
6 A Emenda Constitucional 113/2021 e seus efeitos no cenário atual de índices de correção e juros aplicáveis à Fazenda Pública .....	156
7 Conclusões .....	161
Referências .....	162

Taxas de Preservação Ambiental (TPA): entre a proteção do meio ambiente e dos contribuintes

<b>Saulo André Fonseca de Almeida</b> .....	163
1 Introdução .....	163
2 A proteção do meio ambiente no Brasil.....	164
2.1 Os tributos a serviço da proteção ambiental.....	165
3 As taxas de preservação ambiental .....	167
3.1 Requisitos .....	168
3.1.1 Serviço público .....	168
3.1.2 Poder de polícia .....	170
3.2 Limites.....	171
3.2.1 Proibição de base de cálculo de impostos.....	171
3.2.2 Vedação à discriminação através de tributos.....	172
3.2.3 Não confisco por meio de tributos .....	173
3.2.4 Limitações ao tráfego.....	173
3.2.5 Vinculação do produto da arrecadação.....	175
4 Análise de TPAs já instituídas .....	176
4.1 Fernando de Noronha .....	176
4.2 Cairu.....	178
4.3 Ilhabela.....	180
4.4 Bombinhas .....	182
4.5 Arraial do Cabo .....	183
5 Considerações finais.....	185
Referências .....	186



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## ALERTA SEBIB

### SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO  
02/2024

PÁGINA Nº  
12 de 12

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## REVISTA SÍNTESE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL Nº 146 – NOV.-DEZ./2023

### DOUTRINA

1. Direitos Autorais e Inteligência Artificial: Conciliando Proteção Jurídica, Novas Tecnologias e a Função Social do Direito  
Júlio César Ribas Boeng e Marina Gabriela Menezes Santiago .....9

### Parte Geral

#### DOUTRINAS

1. O Pêndulo da Verdade no Direito Probatório  
Cássio Benvenuto de Castro ..... 29
2. O Surgimento do Sistema Inglês de *Copyright*  
Leonardo Estevam de Assis Zanini..... 53
3. Conflitos Relacionados ao Uso e Ocupação do Solo: um Olhar sobre a Legislação Municipal e Minerária  
Renato de Assis Pinheiro ..... 79
4. Recuperação Judicial do Produtor Rural: Bens de Capital e a Essencialidade da Matéria-prima  
Ramirhis Laura Xavier Alves ..... 97
5. Direito à Saúde. Indicação de Cirurgia. É Soberana a Opção Médica do Profissional Que Assiste o Paciente  
Gina Copola..... 104
6. O Direito É Reconstruído Diariamente  
Carlos Roberto Claro ..... 113

### Seção Especial

#### COM A PALAVRA, O PROCURADOR

1. A Antecipação de Provas no CPC de 2015 e a Garantia do Contraditório  
Rogério Tadeu Romano..... 228

#### EM POUCAS PALAVRAS

1. Critérios para a Fixação e Cobrança dos Honorários de Sucumbência  
Daniel Ustárroz..... 236